

Comitê de Economia de Impacto traz destaque para 79 iniciativas realizadas em 2024

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Data: 16/12/2024

As últimas reuniões do ano do Comitê de Economia de Impacto e do Sistema Nacional de Economia de Impacto (Simpacto), realizadas na quinta (12) e na sexta-feira (13), trouxeram dados que apontam avanços de políticas públicas conduzidas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) ao longo do ano. No total, foram registradas 79 iniciativas realizadas em 2024, dentro das ações traçadas no Plano Decenal da Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpacto).

Esse foi o maior número de iniciativas realizadas desde a criação da Enimpacto, em 2018. As perspectivas para o futuro também são de crescimento. Passou-se de 72 ações planejadas no documento-base da Estratégia para 122 ações previstas para ocorrer até 2032.

“Conseguimos mobilizar a maior quantidade de recursos para apoiar os negócios de impacto neste ano”, afirmou Lucas Ramalho, diretor de Novas Economias da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV) do MDIC. “Foram mais de R\$ 250 milhões direcionados para mais de dois mil empreendimentos de impacto”, complementou.

Economia de impacto se refere a iniciativas que promovem um ambiente de negócios voltado a soluções para problemas sociais e ambientais, gerando inclusão, renda, bem-estar social, inovação e desenvolvimento econômico.

“Lançamos esse ano o Sistema Nacional de Impacto, que está tomando forma, com a adesão de quatro importantes governos estaduais e a perspectivas de outros estados aderirem”, destacou Ramalho. “Estamos constituindo uma grande rede, que vai ajudar

o nosso país a fazer a transição de uma economia de impacto negativo para uma economia de impacto positivo”, concluiu.

Com o objetivo de articular ações em diferentes níveis federativos para fortalecer a economia de impacto e interligar os comitês temáticos, o Simpacto faz parte da Enimpacto e busca impulsionar este ecossistema com o envolvimento de entes federativos em torno da pauta e seu arcabouço legal.

Até o momento, 10 unidades da federação contam com legislação local de economia de impacto vigente: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Goiás, Espírito Santo, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O Departamento de Novas Economias (DNOVA) da SEV anunciou ainda o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Economia de Impacto (Cadimpacto), uma ferramenta inovadora com previsão de lançamento para 2025. Por meio do Cadimpacto, os empreendedores poderão fazer uma autodeclaração ao responder perguntas objetivas para identificar se seus negócios são empreendimentos de impacto social e ambiental.

O Cadimpacto não só oferecerá uma reflexão ao empreendedor sobre o propósito e atuação de seu negócio, como ajudará o governo a mapear o setor de impacto e criar políticas públicas mais eficazes para apoiar e impulsionar negócios que tragam soluções positivas para a sociedade.